



ESTADO DA PARAÍBA

LEI Nº 6.257

, DE 26 DE ABRIL DE 1996

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e determina outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a contratar empréstimo até o limite de US\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou o equivalente a qualquer outra moeda estrangeira ou nacional.

Parágrafo Único - Os recursos provenientes das operações de crédito mencionadas no presente artigo destinar-se-ão a investimentos prioritários nas áreas social e econômica do Estado e em especial aqueles contemplados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba.

Art. 2º - Para a contratação dos créditos objeto da presente Lei, poderão ser vinculadas, em garantias e contragarantias, as cotas de que o Estado da Paraíba é titular, por força do artigo 159, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal, bem como as suas receitas próprias, para cobertura do principal e encargos.

Art. 3º - O Estado deverá consignar, nos seus orçamentos anuais e plurianuais, as dotações necessárias ao pagamento dos compromissos oriundos das operações autorizadas nesta Lei.

Publicado Diário Oficial

SENTA DATA

Em 27 de 04 de 96

Gabinete Civil do Governador



ESTADO DA PARAÍBA

Art. 4º - Os prazos e formas de amortização e de carência, taxas de juros, além de outros encargos relativos aos empréstimos previstos no artigo primeiro desta Lei, inclusive a vinculação de receitas, deverão atender às normas em vigor e ser negociados em condições viáveis para o Estado.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 26 de abril de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR